



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**Eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, população negra, comunidades tradicionais e políticas sociais.**

**Inclusão precarizada e questão social na educação profissional:  
exploração-opressão no capitalismo dependente  
heterocispatriarcal-racista**

Jório Novais Côte Neto<sup>1</sup>

**RESUMO**

O artigo analisa as determinações da questão social no cotidiano acadêmico do IFPB – Campus Patos, com foco nas desigualdades étnico-raciais. Parte do problema das desigualdades educacionais produzidas pelo capitalismo dependente. Objetiva compreender como a unidade exploração-opressão estrutura tais desigualdades. Utiliza o método materialista histórico-dialético. Argumenta que racismo estrutural, epistemicídio curricular e heterocispatriarcado sustentam a superexploração da força de trabalho e a inclusão subordinada. Conclui que a intervenção do Serviço Social exige articular luta anticapitalista e enfrentamento do racismo estrutural como dimensão da emancipação humana.

Palavras-chave: Questão social; Capitalismo dependente; Exploração-opressão; Racismo estrutural; Serviço Social.

**Abstract**

This article analyzes the determinations of the social question in the academic daily life of IFPB – Campus Patos, focusing on ethnic-racial inequalities. It addresses educational inequalities produced by dependent capitalism. The objective is to understand how the exploitation–oppression unity structures these inequalities. The study adopts a historical-dialectical materialist approach. It argues that structural racism, curricular epistemicide, and hetero-cis-patriarchy sustain labor super-exploitation and subordinated inclusion. It concludes that Social Work intervention must articulate anti-capitalist struggle and the confrontation of structural racism as a constitutive dimension of human emancipation.

Keywords: Social question; Dependent capitalism; Exploitation–oppression; Structural racism; Social Work.

**1. INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Assistente social, servidor público do Instituto Federal da Paraíba – IFPB (técnico em educação – assistente social), especialista em docência do ensino superior - UCDB e cursista na pós graduação em lato sensu em serviço social trabalho profissional questão social e fundamentos histórico-metodológico e ético-político do serviço social; [jorio.corte@ifpb.edu.br](mailto:jorio.corte@ifpb.edu.br)



O trabalho analisa como o racismo estrutural e o heterocispatriarcado operam na produção de desigualdades educacionais no IFPB – Campus Patos, articulando políticas de inclusão educacional, permanência estudantil e questão social. Discute a aplicação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, a presença de epistemicídios no currículo e as mediações entre Estado, população negra e políticas sociais. O estudo contribui para o debate sobre racismo estrutural, políticas afirmativas e estratégias emancipatórias no âmbito da educação pública. A Questão Social, apreendida a partir da crítica da economia política, não se reduz a um conjunto de carências ou disfunções sociais, mas constitui a forma historicamente determinada de manifestação das contradições imanentes ao modo de produção capitalista. Em termos marxianos, ela radica na própria lei geral da acumulação capitalista, que produz, simultaneamente, riqueza social concentrada e pauperização relativa da classe trabalhadora. Como afirma Marx em *O Capital*, “a acumulação de riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto”. A Questão Social expressa, assim, a contradição estrutural entre a produção social da riqueza e sua apropriação privada.

Tal contradição não é exterior às relações sociais, mas constitutiva da própria forma mercadoria, na qual o trabalho vivo é subsumido ao capital e convertido em fonte de valorização do valor, a exploração não aparece apenas como relação distributiva injusta, mas como relação social fundante do metabolismo do capital, que transforma a força de trabalho em mercadoria e extrai dela mais-valor. Nesse sentido, a Questão Social é inseparável da dinâmica de expropriação que sustenta a reprodução ampliada do capital e da constituição do exército industrial de reserva como condição de disciplinamento da classe trabalhadora.

Entretanto, a universalidade dessas determinações assume particularidades históricas na formação social brasileira. A constituição do capitalismo no Brasil não resultou de uma ruptura revolucionária com a ordem colonial, mas de uma transição conservadora que articulou escravidão, dependência externa e modernização subordinada. A sociabilidade capitalista brasileira estruturou-se sobre a longa duração do trabalho escravizado e sobre a racialização da força de trabalho, conformando um padrão de acumulação que naturaliza desigualdades e hierarquias sociais. A superexploração da força de trabalho, característica das economias dependentes, implica a violação sistemática do valor da força de trabalho e revela que a lei do valor opera de forma mediada pela dependência e pela transferência internacional de valor.

Nessa direção, raça, gênero e sexualidade não configuram dimensões acessórias, mas integram o próprio processo de reprodução social do capital, o racismo estrutural e o heterocispatriarcado operam como mecanismos de diferenciação interna da classe trabalhadora, permitindo a segmentação do mercado de trabalho, a hierarquização salarial e a naturalização de desigualdades. Trata-se de formas históricas de regulação da força de trabalho que ampliam a extração de mais-valor e reforçam a dominação de classe, a unidade



exploração-opressão expressa, portanto, a coextensividade entre expropriação econômica e dominação social.

A apreensão dessas determinações exige um método que não se limite à descrição fenomênica, como adverte Lukács, a categoria de totalidade é o princípio metodológico decisivo do marxismo, pois somente ela permite compreender os fenômenos sociais como momentos de um complexo estruturado de relações. A fragmentação analítica entre economia e cultura, entre classe e opressões, resulta em fetichização das relações sociais e obscurece a gênese das desigualdades. A totalidade concreta, enquanto síntese de múltiplas determinações, exige a análise das mediações que articulam o singular ao universal.

O cotidiano do IFPB – Campus Patos é tomado, neste estudo, como particularidade concreta onde se objetivam as contradições do capitalismo dependente, a Instituição educacional integra o complexo da reprodução social, participando simultaneamente da formação da força de trabalho e da difusão de valores compatíveis com a sociabilidade burguesa. As políticas de assistência estudantil e inclusão educacional configuram mediações contraditórias: ampliam o acesso a direitos, mas operam sob os limites estruturais da austeridade fiscal, da mercantilização da educação e da desigualdade estrutural, a inclusão, nesse contexto, tende a assumir a forma de integração subordinada.

Do ponto de vista ontológico, a educação não é esfera autônoma, mas momento da reprodução do ser social, como destaca Mészáros, o sistema do capital é um sistema de controle sociometabólico que subordina as diversas esferas da vida social à lógica da valorização. A educação, nesse metabolismo, pode tanto contribuir para a reprodução da ordem quanto constituir espaço de crítica e resistência, a depender das mediações concretas e das lutas sociais que a atravessam.

O objetivo geral do estudo é apreender as determinações estruturais das expressões da Questão Social no cotidiano acadêmico do Campus Patos, superando a aparência imediata das demandas institucionais. Busca-se: (a) analisar a funcionalidade das opressões estruturais na dinâmica da superexploração; (b) identificar as formas de alienação do trabalho, colonial e sexual na vida acadêmica; (c) fundamentar a intervenção do Serviço Social como práxis crítica inscrita na luta de classes e orientada pela emancipação humana.

O percurso metodológico ancora-se no materialismo histórico-dialético entendido como ontologia do ser social, parte-se do concreto empírico, avança-se por mediações abstratas e retorna-se ao concreto pensado, reconstruindo teoricamente o movimento real. Tal método permite desvelar o caráter fetichizado das relações sociais e evidenciar que a emancipação humana não se confunde com reformas parciais, mas exige a superação das relações sociais que sustentam a exploração e a opressão.

## **2. O ARCABOUÇO TEÓRICO: QUESTÃO SOCIAL, TOTALIDADE E SUPERAÇÃO DA**



## FRAGMENTAÇÃO

A fundamentação da Questão Social radica na crítica da economia política marxiana, que apreende a sociabilidade capitalista como fundada na exploração do trabalho assalariado. A produção de mais-valia constitui o núcleo da valorização do capital e o fundamento objetivo das desigualdades sociais. A distinção entre mais-valia absoluta — obtida pelo prolongamento da jornada — e mais-valia relativa — decorrente do aumento da produtividade e da intensificação do trabalho — evidencia que a exploração é estrutural ao metabolismo do capital (MARX, 2013).

A lei geral da acumulação capitalista demonstra que a expansão do capital produz simultaneamente concentração de riqueza e ampliação do exército industrial de reserva. Este não é um subproduto acidental, mas condição de regulação do mercado de trabalho, pressionando salários e disciplinando a força de trabalho. A pobreza e a pauperização relativa, portanto, não constituem disfunções do sistema, mas momentos necessários da acumulação. A Questão Social expressa precisamente a forma histórica pela qual tais contradições emergem na vida social.

Contudo, a apreensão dessas determinações em sua universalidade não é suficiente. Conforme a tradição ontológica marxista, a realidade social só pode ser compreendida como totalidade concreta, isto é, como síntese de múltiplas determinações. Nesse sentido, a contribuição de Lukács é decisiva ao afirmar que a totalidade é a categoria central do método marxiano, pois permite compreender os fenômenos sociais não como esferas isoladas, mas como momentos de um complexo estruturado de relações. A fragmentação entre economia, política e cultura resulta em fetichização das relações sociais, obscurecendo a gênese das desigualdades.

A Questão Social não pode, portanto, ser reduzida a políticas sociais ou a expressões fenomênicas da pobreza, ela se inscreve no processo de reprodução social do capital, que articula produção material, formas de dominação e produção de subjetividades. É nesse ponto que a análise deve avançar para a particularidade do capitalismo dependente.

A teoria marxista da dependência demonstra que, na periferia do sistema, a acumulação se sustenta na superexploração da força de trabalho, a violação do valor da força de trabalho, seja pela compressão do consumo necessário, pela intensificação do trabalho ou pelo prolongamento da jornada, revela que a lei do valor opera de forma mediada pela dependência estrutural. A reprodução do capital dependente requer a depreciação sistemática das condições de vida da classe trabalhadora.

É nesse contexto que racismo e patriarcado adquirem funcionalidade estrutural, eles não constituem meros resíduos arcaicos, mas relações sociais reatualizadas no interior da



acumulação dependente. Ao segmentar o mercado de trabalho e hierarquizar a força de trabalho, tais relações contribuem para a extração diferenciada de mais-valor.

A categoria unidade exploração-opressão permite superar leituras dualistas, exploração e opressão não são dimensões paralelas, mas momentos de um mesmo processo de reprodução social. A opressão atua como mediação que diferencia internamente a classe trabalhadora, legitimando remunerações desiguais e acessos diferenciados a direitos.

Aqui, a contribuição de Mészáros é fundamental, Ao conceber o capital como sistema de controle sociometabólico, o autor demonstra que a lógica da valorização tende a subordinar todas as esferas da vida social. O metabolismo social do capital não se limita à produção econômica, mas envolve a regulação da reprodução social, das instituições e das formas de consciência. Racismo e patriarcado integram esse metabolismo como mecanismos de regulação diferencial da força de trabalho.

Dois eixos analíticos emergem dessa perspectiva:

## 2.1. Determinação do valor da força de trabalho

O valor da força de trabalho é historicamente determinado pelas condições de reprodução da vida, processos de racialização e subordinação de gênero incidem diretamente sobre esse valor ao naturalizar padrões diferenciados de remuneração, proteção social e reconhecimento. A superexploração incide seletivamente sobre segmentos racializados e feminilizados da classe trabalhadora, revelando mediações sociais da lei do valor.

## 2.2. Fragmentação e fetichização

Racismo e patriarcado produzem clivagens internas na classe trabalhadora, dificultando a construção de sujeitos coletivos, essa fragmentação não é apenas ideológica, mas funcional à acumulação, pois intensifica a concorrência intraclasse. Conforme Lukács, o fetichismo obscurece as relações sociais reais, fazendo com que desigualdades estruturais apareçam como diferenças naturais ou culturais.

Superar a fragmentação implica apreender a Questão Social como totalidade concreta, articulando exploração econômica, opressões estruturais e reprodução social. Essa perspectiva desloca a análise de explicações moralizantes para a crítica das determinações estruturais do capitalismo dependente.



### **3. O SISTEMA HETEROCISPATRIARCAL-RACISTA NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA**

A constituição da formação social brasileira está intrinsecamente vinculada à longa duração do escravismo colonial e à racialização da força de trabalho. O racismo, nesse sentido, não pode ser apreendido como resíduo ideológico ou herança cultural dissociada da dinâmica econômica, mas como relação social constitutiva da própria acumulação capitalista dependente. Conforme demonstram Clóvis Moura e Silvio Almeida, o racismo no Brasil estrutura-se como princípio organizador das hierarquias sociais e como tecnologia de poder que regula o acesso diferencial a trabalho, renda, direitos e proteção social.

A escravização de africanos e seus descendentes não apenas forneceu base material à acumulação primitiva no Brasil, mas instituiu um padrão duradouro de desumanização e inferiorização racial. Tal padrão reatualiza-se na forma como o Estado, o mercado e as instituições operam seletivamente na gestão da vida e da morte de populações negras. O racismo estrutural manifesta-se na segmentação ocupacional, na concentração da população negra em trabalhos precarizados e na criminalização de modos de vida associados à pobreza urbana. Trata-se de mecanismo que aloca diferencialmente parcelas da classe trabalhadora nos estratos mais superexplorados, garantindo a reprodução ampliada da desigualdade racial.

A racialização da força de trabalho opera, portanto, como mediação da lei do valor. Ao naturalizar desigualdades salariais, precariedade e informalidade, o racismo contribui para a compressão do valor da força de trabalho de segmentos racializados, favorecendo a extração extraordinária de mais-valor. Não se trata de dimensão externa à economia, mas de elemento constitutivo da forma histórica que a exploração assume na periferia do capitalismo.

No que se refere às relações de gênero e sexualidade, o sistema heterocispatriarcal deve ser compreendido como relação social historicamente articulada à reprodução do capital, mais do que uma “superestrutura” no sentido mecanicista, ele integra o complexo da reprodução social ao regular a divisão sexual do trabalho, a organização da família e a produção cotidiana da força de trabalho. Conforme a análise de Silvia Federici, o capitalismo se apoia na apropriação sistemática do trabalho reprodutivo não pago, historicamente atribuído às mulheres. O cuidado, a manutenção doméstica e a reprodução geracional da força de trabalho são externalizados do circuito mercantil, transferindo custos de reprodução do capital para o âmbito privado.

Essa dinâmica implica uma forma de exploração indireta que sustenta a acumulação. A responsabilização feminina pelo trabalho reprodutivo reduz o custo social da força de trabalho e



reforça a dependência econômica e simbólica das mulheres. Simultaneamente, a normatividade heterocispatriarcal opera como dispositivo disciplinador da sexualidade e dos corpos, regulando papéis sociais e punindo dissidências. A violência contra mulheres e populações LGBTQIA+ não constitui fenômeno periférico, mas mecanismo de controle social que preserva a ordem de gênero funcional à acumulação.

A articulação entre racismo e patriarcado evidencia que a reprodução social do capital depende de formas diferenciadas de subordinação, mulheres negras, por exemplo, concentram-se nos trabalhos mais precarizados e nos serviços de cuidado mal remunerados, revelando a imbricação entre raça, gênero e classe na produção das desigualdades.

Nesse horizonte, o conceito de expropriação continuada amplia a compreensão da violência capitalista. A expropriação não se restringe à apropriação de mais-valia no processo produtivo, mas abrange a expropriação de territórios, saberes, culturas e formas de vida. A expansão do capital sobre territórios indígenas e camponeses, a mercantilização da terra e a financeirização do espaço urbano configuram formas contemporâneas de acumulação por espoliação.

A Questão Urbana e a Questão Agrária expressam, assim, dimensões territoriais da Questão Social. A luta por moradia, reforma agrária e direito à cidade constitui enfrentamento direto à lógica expropriatória do capital. Tais processos incidem de maneira particularmente intensa sobre populações negras, indígenas e camponesas, evidenciando que a expropriação possui caráter racializado e generificado.

Desse modo, o sistema heterocispatriarcal-racista não é um conjunto de opressões paralelas à exploração de classe, mas momento constitutivo da reprodução do capitalismo dependente, ele regula diferencialmente a força de trabalho, naturaliza hierarquias sociais e sustenta a extração de valor. Compreendê-lo como totalidade articulada é condição para superar análises fragmentárias e fundamentar práticas profissionais orientadas pela emancipação humana.

À luz de Silvia Federici, a sobrecarga reprodutiva feminina e a responsabilização privada pelo cuidado reduzem as condições objetivas de dedicação aos estudos. No contexto do IFPB, isso se expressa em trajetórias acadêmicas tensionadas pela necessidade de conciliar estudo, trabalho e reprodução social.

A noção de expropriação continuada permite ampliar a leitura dessas dinâmicas, muitos estudantes atendidos pela assistência estudantil provêm de famílias marcadas por expropriações territoriais, precarização do trabalho rural ou periferização urbana. A luta pela permanência estudantil conecta-se, assim, a processos mais amplos de expropriação da terra, da moradia e das condições dignas de vida.

Desse modo, o cotidiano do IFPB – Campus Patos configura-se como espaço onde se condensam determinações do capitalismo dependente, do racismo estrutural e do



heterocispatriarcado. A instituição atua simultaneamente como mecanismo de inclusão e como espaço de reprodução de desigualdades, revelando a natureza contraditória das políticas sociais no interior do capitalismo.

Compreender essas mediações é condição para que o Serviço Social ultrapasse a gestão imediata das demandas e construa intervenções orientadas pela leitura crítica da totalidade social, a atuação profissional, nesse horizonte, não se restringe à operacionalização de benefícios, mas implica reconhecer como classe, raça e gênero estruturam as expressões da Questão Social no espaço educacional.

#### **4. A UNIDADE EXPLORAÇÃO–OPRESSÃO NO COTIDIANO DO IFPB – CAMPUS PATOS**

A análise da unidade exploração–opressão no cotidiano do IFPB – Campus Patos situa-se no cruzamento entre a reprodução social do capital e as políticas públicas de inclusão educacional. No Brasil, embora as políticas de assistência estudantil visem garantir a permanência estudantil, elas operam em um contexto de limitações orçamentárias estruturais e ajuste fiscal, refletindo a priorização sistêmica da acumulação capitalista sobre a reprodução ampliada da vida. Essa contradição coloca em evidência que os mecanismos de acesso e permanência não alteram, em si, as determinações estruturais da desigualdade, mas reproduzem condições de fragilização social.

##### **4.1. Desigualdades estruturais no acesso e permanência**

Indicadores educacionais oficiais evidenciam profundas assimetrias no acesso e progressão educacional segundo cor ou raça, segundo o Censo da Educação Superior de 2023, 34,6% dos ingressantes e 37,8% dos concluintes em Ensino Superior declararam-se pretos ou pardos, indicando que negros e pardos estão presentes, mas longe de refletirem sua proporção demográfica majoritária (IBGE). Dados censitários mostram que a proporção de pessoas com nível superior completo no Brasil era de 18,4% em 2022, com desigualdades raciais persistentes: a proporção entre pessoas brancas permanece significativamente maior do que entre pretos ou pardos (IBGE).

No acesso às etapas da Educação Básica, pesquisas indicam que até 68% dos jovens pretos e 66% dos pardos concluem o ensino médio até os 19 anos, contra percentuais mais elevados entre outros grupos populacionais, confirmando desigualdades no percurso educacional (CNTE-CUT). Além disso, o IBGE registra que, na população adulta, as pessoas



pretas ou pardas têm menor escolaridade média e menor probabilidade de concluir o ciclo educacional quando comparadas à população branca (IBGE).

Esses indicadores reforçam que a expansão do acesso — ainda que positiva — não garante, por si só, equidade na permanência, progressão e êxito acadêmico. A política de assistência estudantil, ao ser limitada por critérios orçamentários e temporais, acaba por funcionar como paliativo à exclusão estrutural, sem reverter as desigualdades profundamente enraizadas na reprodução social do capital dependente.

#### 4.2. Superexploração do tempo e alienação estudantil

À luz do materialismo histórico-dialético, a alienação não se restringe à esfera da produção material, mas atravessa também o processo educativo. Condições socioeconômicas adversas — frequentemente associadas a trajetórias de família superexploradas — exigem que muitos estudantes acumulem trabalho remunerado com os estudos, comprometendo seu tempo acadêmico e sua capacidade de engajamento em atividades de pesquisa, extensão e vida política institucional. Essa interseção entre trabalho material e reprodução social da força de trabalho ilustra como a alienação do tempo configura uma forma de expropriação do processo formativo, que reproduz desigualdades de capital cultural mesmo após a inclusão formal.

#### 4.3. Alienação colonial e currículo eurocêntrico

A presença persistente de conhecimento eurocêntrico no currículo e nas práticas pedagógicas contribui para marginalizar saberes e referências socioculturais de estudantes negros e indígenas. Embora a legislação brasileira (leis 10.639/03 e 11.645/08) determine a inclusão de conteúdos de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, a efetivação desses dispositivos ainda é desigual e, em muitos casos, superficial. Essa lacuna curricular não apenas nega o reconhecimento histórico desses grupos, como também impacta o sentido de pertencimento e autoestima dos discentes, interferindo no seu desempenho e na construção de trajetórias acadêmicas estáveis.

#### 4.4. Violência simbólica e microagressões

A dinâmica cotidiana da instituição evidencia a operação de formas sutis de violência simbólica — conceituadas por Pierre Bourdieu como práticas que reproduzem e naturalizam



hierarquias sociais. Microagressões e comportamentos discriminatórios, mesmo quando não intencionais, se acumulam e funcionam como mecanismos de policiamento social que marginalizam estudantes racializados. O impacto dessas práticas extrapola a dimensão psicossocial, contribuindo para padrões de evasão, absenteísmo e menor participação política no espaço institucional.

#### 4.5. Gênero, trabalho reprodutivo e desigualdades de tempo

A sobrecarga de trabalho reprodutivo não remunerado imposta a estudantes, especialmente às mulheres, constitui outra dimensão da superexploração que afeta diretamente a permanência estudantil. A necessidade de conciliar estudo, trabalho reprodutivo e cuidado familiar reduz o tempo disponível para atividades acadêmicas e reproduz desigualdades de participação e desempenho. Ainda no campo da sexualidade, experiências de LGBTQIA+fobia, exclusão institucional e falta de políticas afirmativas específicas evidenciam que normas heterocispatriarcais operam como dispositivos institucionais de controle, dificultando trajetórias acadêmicas plenas.

#### 4.6. Racismo estrutural e desvantagens socioeducacionais

A desigualdade educacional observa-se claramente nas diferenças entre grupos raciais ao longo da vida escolar: a proporção de pessoas com educação superior é maior entre brancos do que entre pretos ou pardos, refletindo desvantagens acumuladas ao longo de todo o percurso educativo (IBGE). A persistência desses hiatos reforça que a assistência estudantil, por si só, não rompe determinismos estruturais, mas opera em um contexto de reprodução da hierarquia racial na educação.

A articulação entre políticas de inclusão educacional, reprodução social e desigualdades estruturais demonstra que a assistência estudantil — embora necessária — reproduz contradições: ela mitiga sintomas sem alterar as determinações estruturais da Questão Social. A unidade exploração—opressão revela-se, assim, no modo como as desigualdades econômicas, raciais e de gênero se materializam no cotidiano do IFPB, condicionando trajetórias, limitando possibilidades e reproduzindo hierarquias de acesso ao capital cultural e científico.

### 5. A TESE DA INCLUSÃO PRECARIZADA E O COMPLEXO DAS ALIENAÇÕES



A tese da inclusão precarizada permite apreender a contradição central das políticas educacionais no capitalismo dependente contemporâneo, a expansão do acesso à educação profissional e tecnológica, embora represente conquista histórica das classes trabalhadoras, não se traduz automaticamente em superação da marginalização social. Conforme problematizado por Oliveira (2003) e desenvolvido criticamente por Pinheiro (2022), a marginalização não desaparece com a inclusão institucional; ela é reconfigurada de modo funcional à dinâmica da acumulação.

No contexto do capitalismo dependente, a formação educacional da força de trabalho atende simultaneamente a duas exigências contraditórias: ampliar a qualificação técnica necessária à competitividade econômica e manter rebaixado o custo de reprodução da força de trabalho. A inclusão educacional, nesse sentido, opera como mecanismo de integração subordinada. O sistema necessita de trabalhadores qualificados, mas socialmente vulnerabilizados, disponíveis para ocupações marcadas por baixos salários, instabilidade e alta rotatividade. A educação profissional não rompe com a superexploração; frequentemente, prepara a força de trabalho para inserção em seus segmentos mais intensificados.

A inclusão precarizada não é, portanto, falha de implementação de políticas públicas, mas expressão das mediações entre educação e mercado de trabalho no capitalismo dependente. Trata-se de processo em que o acesso formal a direitos convive com a permanência de condições estruturais de desigualdade. A democratização do ensino técnico amplia horizontes individuais, mas encontra limites objetivos na estrutura produtiva que absorve esses sujeitos em posições subordinadas.

É nesse quadro que se torna heurística a noção de complexo das alienações. Não se trata de dimensões isoladas, mas de formas interligadas de estranhamento que atravessam a experiência estudantil.

### 5.1. Alienação do trabalho e do tempo formativo

A alienação manifesta-se na expropriação do tempo de formação, a necessidade de conciliar estudo, trabalho e responsabilidades reprodutivas fragmenta o processo educativo, impedindo a apropriação plena do conhecimento. O estudante trabalhador vivencia o processo formativo sob a pressão da sobrevivência imediata, o que limita a autonomia intelectual e a participação na vida acadêmica ampliada. O tempo de estudo deixa de ser tempo de formação integral e converte-se em tempo residual.

### 5.2. Alienação colonial e epistemológica



A alienação assume dimensão colonial quando saberes e experiências de sujeitos racializados são sistematicamente deslegitimados. A hegemonia de referências eurocêntricas no currículo contribui para o distanciamento entre conteúdo escolar e realidade social dos estudantes. O estranhamento não é apenas cognitivo, mas ontológico: o estudante não se reconhece como sujeito produtor de conhecimento, tal dinâmica reproduz hierarquias simbólicas herdadas da colonialidade do poder.

### 5.3. Alienação sexual e de gênero

A alienação também se expressa na regulação dos corpos e das sexualidades, a normatividade heterocispatriarcal impõe padrões de comportamento e trajetórias de vida que condicionam a experiência educacional. Estudantes mulheres e sujeitos LGBTQIA+ enfrentam sobrecargas reprodutivas, violências simbólicas e controles morais que limitam sua permanência e participação. O corpo torna-se espaço de disciplinamento social.

Essas três dimensões não operam de forma paralela, mas articulada, elas compõem um complexo de alienações que incide sobre a formação da subjetividade e sobre as condições objetivas de permanência estudantil. A inclusão educacional, quando atravessada por tais alienações, tende a produzir integração subordinada em vez de emancipação.

Nesse sentido, a crítica da inclusão precarizada desloca o debate da celebração acrítica do acesso para a análise das condições concretas de permanência e inserção social. A educação pode ampliar repertórios e possibilidades, mas não altera, por si só, as determinações estruturais da dependência e da superexploração.

Para o Serviço Social, desvelar esse complexo não constitui exercício teórico abstrato, mas condição para uma práxis orientada pela totalidade social, a intervenção profissional, ancorada no projeto ético-político, exige articular a garantia de direitos imediatos à leitura crítica das determinações estruturais. Isso implica tensionar a institucionalidade, produzir mediações coletivas e fortalecer processos de organização social que ultrapassem respostas fragmentadas.

A práxis crítica, nesse horizonte, não se limita à gestão da inclusão, mas se orienta pela construção de condições que ampliem a autonomia dos sujeitos e fortaleçam lutas por transformações estruturais. A inclusão deixa, assim, de ser ponto de chegada e passa a ser terreno de disputa.



## **6. CONCLUSÕES: IMPLICAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite reafirmar que as expressões da Questão Social no cotidiano do IFPB – Campus Patos não constituem fenômenos isolados ou meramente institucionais, mas objetivações de determinações estruturais do capitalismo dependente brasileiro. A investigação evidenciou que a política de inclusão educacional, ao mesmo tempo em que amplia o acesso de segmentos historicamente excluídos, opera sob limites impostos pela superexploração da força de trabalho, pelo racismo estrutural e pelo heterocispatriarcado, produzindo formas de inclusão precarizada.

A unidade exploração–opressão demonstrou-se categoria analítica fecunda para apreender a imbricação entre desigualdades de classe, raça e gênero/sexualidade na experiência estudantil. A permanência acadêmica, longe de depender exclusivamente de esforço individual ou mérito, encontra-se condicionada por processos de expropriação do tempo, alienação formativa, desigualdades de reprodução social e violências simbólicas. Tais elementos revelam que a democratização do acesso à educação, embora necessária, não é suficiente para romper com a reprodução ampliada das desigualdades.

Nesse horizonte, o Projeto Ético-Político do Serviço Social adquire centralidade não como enunciado normativo abstrato, mas como mediação concreta entre intervenção profissional e crítica da sociabilidade capitalista. A atuação profissional no espaço educacional exige reconhecer que a gestão técnica de benefícios não esgota o significado do trabalho do assistente social. A intervenção, quando orientada por uma leitura crítica da totalidade social, pode contribuir para desvelar as determinações estruturais que atravessam as demandas individuais.

Recusar o alinhamento acrítico às práticas de mera gestão da pobreza implica compreender que a política social é campo de disputa. A defesa de direitos, a ampliação do orçamento público e a consolidação de políticas de permanência estudantil não representam concessões benevolentes do Estado, mas resultados de correlações de forças e lutas sociais. Nesse sentido, a incidência profissional articula-se à defesa de condições institucionais que ampliem a permanência qualificada e reduzam desigualdades.

A dimensão pedagógica da intervenção profissional também se mostra estratégica. Atendimentos individuais, ações coletivas e espaços socioeducativos podem favorecer processos de leitura crítica da realidade, fortalecendo a autonomia dos sujeitos e a compreensão de suas experiências como parte de contradições sociais mais amplas. Tal perspectiva não substitui a luta estrutural, mas contribui para a formação de consciência social.

A articulação entre estudantes, técnicos e docentes, por sua vez, aponta para a possibilidade de construção de agendas coletivas em defesa da educação pública e da



permanência estudantil. O reconhecimento das particularidades das opressões — raciais, de gênero e sexualidade — não fragmenta a luta de classes quando compreendido como mediação concreta da desigualdade estrutural; ao contrário, permite apreender a heterogeneidade interna da classe trabalhadora em sua unidade contraditória.

Por fim, este estudo sustenta que a intervenção do Serviço Social na educação profissional não pode ser dissociada do horizonte da emancipação humana. Isso não significa projetar soluções imediatistas ou voluntaristas, mas afirmar que a prática profissional, situada nas contradições do presente, pode contribuir para ampliar direitos, tensionar desigualdades e fortalecer sujeitos coletivos. A crítica à exploração e às opressões estruturais, nesse sentido, não é adendo ideológico, mas condição para uma leitura rigorosa da realidade social.

A contribuição deste artigo reside, portanto, em evidenciar que o cotidiano institucional é espaço privilegiado de manifestação das contradições do capitalismo dependente e, simultaneamente, terreno de mediações possíveis para a construção de respostas profissionais comprometidas com a justiça social. O Serviço Social, ao operar nessa fronteira entre gestão institucional e crítica social, reafirma seu compromisso histórico com a defesa intransigente dos direitos humanos e com a construção de uma sociabilidade emancipada.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2022: Educação – Resultados preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas*. Brasília: INEP, 2024.

LUKÁCS, György. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PINHEIRO, [Nome completo]. *Unidade exploração-opressão e questão social no Brasil*. [Cidade]: [Editora], 2022.